

1. Constituição, objetivo e contexto operacional

A **Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo**, é vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com Sede na Avenida Professor Frederico Hermann Junior, nº 345 – Prédio 12 – 1º andar – CEP 05459-010, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 56.825.110/0001-47, e instituída pela Lei Estadual nº 5.208, de 01.07.1986, e seus Estatutos aprovados pelo Decreto Estadual nº 25.952, de 29.09.1986, com o objetivo de contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de produção e de preservação permanente, pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado, bem como subsidiar a pesquisa pertinente.

A partir do Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR, instituído pelo Decreto nº 51.453/2006 e alterado pelos Decretos nºs 54.079/2009 e 65.274/2020, a Fundação Florestal passou a exercer a gestão de 151 áreas no estado de São Paulo, sendo: 119 Unidades de Conservação (66 de Proteção Integral e 53 de Uso Sustentável) e 32 Áreas de Produção Florestal.

Visando o alcance de seus objetivos, a Fundação Florestal conta com recursos financeiros oriundos do Tesouro do Estado, da arrecadação de recursos próprios, decorrentes da exploração racional de produtos e subprodutos florestais - venda de madeira e resina, da venda de ingressos e hospedagens, da cessão de espaços físicos em unidades de conservação para antenas, linhões de transmissão, lojas, restaurantes, eventos e captação de imagens, além da concessão de áreas de uso público, em parques estaduais, para exploração pelo setor privado e recursos oriundos de compensações ambientais da Câmara de Compensação Ambiental – CCA/SIMA, de Convênios, de TCCAs e de outros instrumentos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis compostas pelo Balanço Orçamentário, Anexo I - Execução de Restos a Pagar Não Processados e Anexo II - Execução de Restos a Pagar Processados, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro das Contas de Compensação, Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, foram elaboradas em conformidade com a legislação abaixo, entre outros dispositivos normativos:

- Lei nº 4.320, de 17.03.1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Complementar nº 101, de 05.05.2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Decreto nº 40.566, de 21.12.1995, que dispõe sobre a implantação no Estado de São Paulo do Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios – SIAFEM, que registra todos os atos relativos à movimentação orçamentária, financeira, patrimonial e contábil; e

1

Pág. 1 de 30 - Documento assinado digitalmente por RODRIGO LEVKOVICZ e NANCY CORTAZZO MENDES GALUZIO e MARIO DO AMARAL ALVES e ISAIAS JOSE DE OLIVEIRA FILHO. Para conferência, acesse o site <https://e.ambiente.sp.gov.br/attendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo FF.007390/2022-19 e o código URCIAI4Q.



- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicada ao Setor Público:
NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis,
NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas foram estruturadas e organizadas com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 9ª Edição (efeitos aplicados a partir do exercício de 2022), que define a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos relativos ao controle de execução orçamentária, financeira, patrimonial, praticados pelos órgãos e entidades, de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis, de acordo com as necessidades de informações dos usuários.

A Fundação Florestal registra todas as suas operações no SIAFEM – que é o sistema contábil do Estado de São Paulo, de responsabilidade da Contadoria Geral do Estado/Secretaria de Planejamento e da Fazenda do Estado de São Paulo, sob o regime de competência – que consiste no reconhecimento das receitas e despesas no momento do fato gerador independentemente do recebimento e do pagamento.

Destacamos que todas as informações constantes das demonstrações contábeis, do exercício findo em 31.12.2022, foram extraídas do SIAFEM e do SIGEO – Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária.

A Fundação Florestal segue as normativas emanadas pela Contadoria Geral do Estado e as adequações promovidas no Sistema SIAFEM para o cumprimento das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3. Balanco Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação, bem como as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação, observado o artigo 102 da Lei nº 4.320/64, apurando-se déficit ou superávit.

Os Balanços Orçamentários de Órgãos e Entidades podem apresentar déficit orçamentário, pois, alguns deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo dependentes de recursos do Tesouro, como é o caso da Fundação Florestal.

A NBC TSP 13 que trata sobre a Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis e exige a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização das entidades do setor público.

3.1. Demonstração da Receita Realizada

DISCRIMINAÇÃO	Valor - em R\$
RECEITAS CORRENTES	100.893.400,52
RECEITA PATRIMONIAL	10.239.161,62
Receitas Imobiliárias:	1.589.437,95
Atividades de gestão das unidades de conservação com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes	1.579.421,35
Outorga por concessão da área de uso público do PE Campos do Jordão	10.016,60
Receitas de Valores Mobiliários:	8.649.723,67
Rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios da Fundação, Convênios, Câmara Compensação Ambiental e do Programa Serra do Mar	
RECEITA AGROPECUÁRIA	51.851.189,40
Receita da Produção Vegetal do Estado:	51.851.189,40
Venda de madeira e resina	
RECEITA DE SERVIÇOS	37.551.669,73
Serviços na gestão das unidades de conservação com ingressos, hospedagem, <i>rafting</i> , parecer técnico, entre outras	1.561.363,85
Serviços decorrentes de Compensações Ambientais: Convênios (CESP, Petrobras, Transpetro, NTS), TCCAs e outros	11.031.415,77
Transferência Intraorçamentária de Custeio da CCA	24.958.890,11
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	410.100,00
Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	410.100,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	841.279,77
Multas Administrativas	25.725,46
Indenização de comp. ambiental e restituições de assistência médica	762.083,58
Receitas Correntes Diversas (reembolso de telefone e rec. eventuais)	53.470,73
RECEITA DE CAPITAL:	1.151.655,00
Transferência Intraorçamentária de Investimentos da CCA	1.151.655,00
TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	102.045.055,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO	0,00
SUBTOTAL	102.045.055,52
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	-166.822.388,34
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO	-64.777.332,82

3

Pág. 3 de 30 - Documento assinado digitalmente por RODRIGO LEVKOVICZ e Nanci Cortazzo Mendes Galuzio e Mario do Amaral Alves e Isaias Jose de Oliveira Filho. Para conferência, acesse o site <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo FF.007390/2022-19 e o código URCIAI4Q.



O quadro a seguir, demonstra a variação entre as Receitas: Previstas x Realizadas - equivalentes a 70%, ou seja, descontados os 30% da DREM - Desvinculação de Recursos dos Estados e Municípios, que é transferida à SPPREV e não é contabilizada no balanço:

RECEITAS (em R\$ 1)	Previstas 100%	Realizadas 70%	Variação	
RECEITAS CORRENTES	106.736.964	100.893.401	-5.843.563	-5%
Receita Patrimonial	9.836.233	10.239.162	402.929	4%
Receita Agropecuária	52.241.063	51.851.189	-389.874	-1%
Receita de Serviços	43.409.134	37.551.670	-5.857.464	-13%
Recursos Próprios	12.532.583	12.592.780	60.197	0%
Transf. Intraorçamentária CCA	30.876.551	24.958.890	-5.917.661	-19%
Transferências Correntes	410.092	410.100	8	0%
Outras Receitas Correntes	840.442	841.280	838	0%
RECEITAS DE CAPITAL	1.188.842	1.151.655	-37.187	-3%
Transf. Intraorçamentária CCA	1.188.842	1.151.655	-37.187	-3%
Operações de Crédito	-	-	-	0%
TOTAL	107.925.806	102.045.056	-5.880.750	-5%

Com vistas à demonstração do total das Receitas Realizadas e considerando que na Lei Orçamentária Anual, a Previsão das Receitas se dá em sua totalidade (100% da Arrecadação), enquanto que o Balanço Orçamentário contabiliza somente a Receita Realizada Líquida de 70% (descontada a DREM), demonstramos a seguir os totais das Receitas: Previstas de R\$ 107,9 milhões, Realizadas (100%) de R\$ 125,7 milhões, e a Variação positiva de R\$ 17,7 milhões, equivalente a 16% sobre as Receitas Previstas.

RECEITAS (R\$ 1)	Previstas 100%	Realizadas 70%	DREM 30%	Realizadas 100%	Variação	
REC.CORRENTES	106.736.964	100.893.401	23.620.355	124.513.756	17.776.792	17%
Rec. Patrimonial	9.836.233	10.239.162	697.273	10.936.435	1.100.202	11%
Rec. Agropecuária	52.241.063	51.851.189	22.221.941	74.073.130	21.832.067	42%
Rec. de Serviços	43.409.134	37.551.670	669.156	38.220.826	-5.188.308	-12%
Rec. Próprios	12.532.583	12.592.780	669.156	13.261.936	729.353	6%
Rec. Intraorça CCA	30.876.551	24.958.890	-	24.958.890	-5.917.661	-19%
Transf. Correntes	410.092	410.100	-	410.100	8	0%
Out Rec. Correntes	840.442	841.280	31.985	873.265	32.823	4%
REC. DE CAPITAL	1.188.842	1.151.655	-	1.151.655	-37.187	-3%
Rec Intraorça CCA	1.188.842	1.151.655	-	1.151.655	-37.187	-3%
Oper de Crédito	-	-	-	-	-	
TOTAL	107.925.806	102.045.056	23.620.355	125.665.411	17.739.605	16%

A seguir, destacamos as variações apuradas entre as Receitas Realizadas - 70% e 100% apresentadas nos quadros anteriores, frente às Receitas Previstas:

3.1.1. Receita Patrimonial – R\$ 1.100.202 (11% sobre a previsão):

Esse total se refere a rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios da Fundação Florestal, de Convênios, da Câmara Compensação Ambiental - CCA e do Programa Serra do Mar, e se divide em: R\$ 402.929 apontado no Balanço Orçamentário e R\$ 697.273 na DREM;

3.1.2. Receita Agropecuária – R\$ 21.832.067:

A arrecadação a maior de R\$ 21,8 milhões, ou seja, 42% acima da previsão inicial, se deu em razão do aumento nas vendas de produtos e subprodutos florestais – madeira e resina, e contempla a redução de R\$ 389.874 apontada no Balanço Orçamentário e o acréscimo de R\$ 22.221.941 da DREM recolhido à SPPREV;

3.1.3. Receita de Serviços – (R\$ 5.188.308):

A redução de R\$ 5,2 milhões (-12%), sendo: (R\$ 5.917.661) de Transferência Intraorçamentária e o acréscimo de R\$ 729.353 de Recursos Próprios, quais sejam:

Transferência Intraorçamentária da Câmara de Compensação Ambiental (CCA): a redução de R\$ 5.917.661, ocorreu em razão da execução de projetos terem sido postergadas para o próximo exercício, por força de dificuldades operacionais; e

Recursos Próprios: o acréscimo de R\$ 729.353, sendo: R\$ 60.197 apontado no Balanço Orçamentário e R\$ 669.156 da DREM, ocorreu em decorrência da arrecadação com a venda de ingressos e hospedagens nos Parques Estaduais, maior que a previsão inicial;

3.1.4. Outras Receitas Correntes – R\$ 32.823:

Basicamente, se refere ao valor da DREM recolhido à SPPREV, decorrente do excesso de arrecadação com restituições de benefícios, utilidade pública, multas e demais restituições.

3.1.5. Receita de Capital – (R\$ 37.187):

A redução no recebimento de Transferências Intraorçamentárias da CCA para o atendimento de despesas com investimentos R\$ 37.187, se deve a economia orçamentária obtida na realização de despesas com obras e equipamentos.

3.1.6. Variação Total – R\$ 17.739.605:

A receita realizada de R\$ 125,7 milhões (100%), frente a previsão de R\$ 107,9 milhões, apresentou o incremento de R\$ 17,7 milhões - equivalente a 16%.

3.2. Despesas Orçamentárias:

DESPESA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	% Exec	Saldo
Pessoal	38.050.224	41.402.470	40.869.050	99%	533.420
Custeio	106.098.293	131.891.439	117.697.497	89%	14.193.942
Investimentos	11.690.358	8.895.681	8.255.841	93%	639.840
TOTAL	155.838.875	182.189.590	166.822.388	92%	15.367.202

Demonstração das Despesas Empenhadas

DESPESAS POR CATEGORIA DE GASTO E GRUPO	VALOR em R\$
DESPESAS CORRENTES	158.566.547
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.869.050
Folha	31.225.882
Encargos	9.481.345
Indenizações	161.823
OUTRAS DESPESAS CORRENTES – CUSTEIO	117.697.497
Vigilância	34.616.708
Serviços Terceiros	14.369.258
Portaria	12.023.799
Monitoria	10.041.188
Manutenção Predial	9.921.960
Benefícios	7.713.942
Bombeiro Civil	6.448.352
Restituições ao Instituto de Pesquisa Ambiental (IPA)	4.556.744
Limpeza	4.518.241
Manutenção de Veículos e Equipamentos	4.086.686
Utilidade Pública	2.573.740
Combustíveis	2.573.245
Material Consumo	1.666.891
Transportes	1.151.906
Manutenção de Áreas Verdes	1.134.236
Diárias	300.601
DESPESAS DE CAPITAL – INVESTIMENTOS	8.255.841
Obras	1.298.366
Equipamentos	6.361.653
Restituições IPA	595.822
TOTAL DAS DESPESAS	166.822.388

Com relação a execução das despesas orçamentárias empenhadas, em comparação com a dotação atualizada (disponível), destacamos o que segue:

3.2.1. Pessoal – R\$ 40.869.050:

A realização das despesas com pessoal e encargos atingiu 99% da dotação disponível;

3.2.2. Custeio – R\$ 117.697.497:

As despesas com materiais de consumo, combustíveis, transportes, manutenções prediais e de equipamentos, além dos diversos serviços de terceiros – vigilância, portaria, limpeza, monitoria, manutenção de áreas verdes, bombeiros civis etc., e são imprescindíveis à gestão das 151 unidades que estão sob a administração da Fundação Florestal, sendo: 119 Unidades de Conservação (66 de Proteção Integral e 53 de Uso Sustentável) e 32 Áreas de Produção Florestal; contemplou 89% da dotação disponível;

3.2.3. Investimentos – R\$ 8.255.841:

Ressaltamos a realização de obras de revitalização do Complexo da Casa da Farinha – no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual Serra do Mar de R\$ 1,3 milhão e o importante incremento de equipamentos adquiridos, tais como: quadriciclos, motobombas, drones, informática, entre outros necessários à execução de projetos e gestão das unidades de conservação e de produção florestal, na ordem de R\$ 6,4 milhões, além da restituição ao IPA, totalizando a execução em 93% da dotação disponível; e

3.2.4. Total – R\$ 166.822.388:

A execução orçamentária de R\$ 166,8 milhões, equivalente a 92% da dotação disponível de R\$ 182,2 milhões, demonstra que a realização das despesas está alinhada com o planejamento anual de atividades e projetos da Fundação Florestal.

7

Despesas Empenhadas por Grupo e Fontes de Recursos:

Grupo de Despesa	Fontes de Recursos			Total
	001 Tesouro	004/083 Rec. Próprios	007 Op. Crédito	
1. Pessoal	37.516.805,57	3.352.244,72	0,00	40.869.050,29
3. Custeio	13.213.355,03	102.633.001,18	1.851.140,77	117.697.496,98
4. Investimento	0,00	8.255.841,07	0,00	8.255.841,07
Total	50.730.160,60	114.241.086,97	1.851.140,77	166.822.388,34

Pág. 7 de 30 - Documento assinado digitalmente por RODRIGO LEVKOVICZ e NANCY CORTAZZO MENDES GALUZIO e MARIO DO AMARAL ALVES e ISAIAS JOSE DE OLIVEIRA FILHO. Para conferência, acesse o site <https://e-ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo FF.007390/2022-19 e o código URCIAI4Q.



3.3. Déficit Orçamentário

Descrição	Fonte	Valor
(+) Receitas Arrecadadas - Recursos Próprios	004/083	101.630.637,84
(+) Receitas com Rend. de Aplic. Financeira no exercício	007	414.417,68
(=) Receitas Arrecadadas - Balanço Orçamentário	004/007/083	102.045.055,52
(-) Despesas empenhadas com Recursos Próprios	004/083	-114.241.086,97
(=) Saldo de Despesas empenhadas com Rec.Próprios	004/083	-12.196.031,45
(-) Despesas empenhadas com Tesouro do Estado	001	-50.730.160,60
(-) Despesas empenhadas com Oper. de Crédito	007/047	-1.851.140,77
(=) Déficit Orçamentário		-64.777.332,82

Esclarecemos que o déficit da execução da receita de R\$ 64.777.332,82, apontado no Balanço Orçamentário, se deve ao saldo de despesas empenhadas com recursos próprios de compensações ambientais (R\$ 12.196.117,58), o qual foi pago com o superávit financeiro; e, essencialmente, em razão dos recursos do Tesouro do Estado (fonte 001 – R\$ 50.730.160,60) e de Operações de Crédito, tanto de repasse no exercício (fonte 007), quanto de superávit financeiro (fonte 047 – R\$ 1.851.140,77), não figurarem no quadro da Receita dos Órgãos da Administração Indireta da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Assim, as transferências financeiras repassadas pelo Tesouro do Estado à Fundação Florestal, não constam na LOA como receita desta Fundação para não existir duplicidade de receita, conforme preceitua a Lei Complementar nº 101/2000.

Neste sentido, os recursos do Tesouro do Estado estão consignados somente na despesa contemplada na Lei Orçamentária (LOA), gerando o desequilíbrio (déficit) orçamentário, entretanto, essa condição, não representa qualquer irregularidade, conforme a Portaria nº 339/2001 – MF/STN e § 1º do artigo nº 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Da mesma forma, se comportam os recursos financeiros, provenientes de Operação de Crédito (fonte 007), que não constam no quadro de Receitas desta Fundação na Lei Orçamentária. Enquanto que os recursos financeiros de rendimentos de aplicações financeiras do exercício são contabilizados como receitas arrecadadas no ano.

Em resumo, o déficit orçamentário é apontado em decorrência dos recursos nas fontes 001, 007 e 047 não estarem contemplados no quadro de Receita dos Órgãos da Administração Indireta da Lei Orçamentária Anual (LOA), que se reflete no Balanço Orçamentário. Ainda assim, financeiramente, a Fundação Florestal não realiza quaisquer despesa sem o devido empenho/respaldo orçamentário e financeiro, seja com recursos próprios, de operações de crédito ou do Tesouro Estadual.



A seguir, demonstramos o déficit orçamentário de R\$ 64.777.332,82, com informações extraídas do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária - SIGEO/SIAFEM, o qual se encontra em conformidade com o Balanço Orçamentário e os Anexos 1 e 2 de Execução de Restos a Pagar Não Processados e Processados, respectivamente.

Legenda	A	B	C = A - B	D	E	F = D + E	G = D - B	H = A - D	I = G + H
Fontes de Recursos	Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Déficit Orçamentário	Despesas Pagas de 2022	Despesas Pagas de RP de 2021	Total de Despesas Pagas em 2022	Inscrição Despesas em RP de 2022	Receitas (-) Despesas Pg/2022	Déficit Orçamentário
001	-	50.730.160,60	(50.730.160,60)	48.221.808,66	3.890.989,49	52.112.798,15	(2.508.351,94)	(48.221.808,66)	(50.730.160,60)
004/083	101.630.637,84	114.241.086,97	(12.610.449,13)	92.025.962,42	21.993.556,40	114.019.518,82	(22.215.124,55)	9.604.675,42	(12.610.449,13)
007/047	414.417,68	1.851.140,77	(1.436.723,09)	1.492.487,52	221.130,41	1.713.617,93	(358.653,25)	(1.078.069,84)	(1.436.723,09)
Total	102.045.055,52	166.822.388,34	(64.777.332,82)	141.740.258,60	26.105.676,30	167.845.934,90	(25.082.129,74)	(39.695.203,08)	(64.777.332,82)

Fontes de Recursos:

- **001** – Tesouro;
- **004** – Recursos Próprios desta Fundação e de Convênios;
- **007** – Operações de Crédito;
- **043** – Superávit Financeiro do Fundo Especial de Despesa da CCA;
- **044** – Superávit Financeiro de Compensações Ambientais de Convênios e CCA;
- **047** – Superávit Financeiro de Operações de Crédito - Serra do Mar/BID; e
- **083** – Transferências Intraorçamentárias da CCA.

3.4. Restos a Pagar

Apresentamos as **Despesas do Balanço Orçamentário**:

Legenda	A	B	C	D	E = A - B
DESPESAS	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Correntes	173.293.909,00	158.566.547,27	158.223.938,47	137.042.442,83	14.727.361,73
Pessoal	41.402.470,00	40.869.050,29	40.869.050,29	40.041.868,31	533.419,71
Custeio	131.891.439,00	117.697.496,98	117.354.888,18	97.000.574,52	14.193.942,02
Capital	8.895.681,00	8.255.841,07	7.780.542,07	4.697.815,77	639.839,93
Investimentos	8.895.661,00	8.255.841,07	7.780.542,07	4.697.815,77	639.819,93
Inv.Financeiras	20,00	0,00	0,00	0,00	20,00
Total	182.189.590,00	166.822.388,34	166.004.480,54	141.740.258,60	15.367.201,66

A partir das despesas demonstradas, evidenciamos o total das **despesas inscritas em Restos a Pagar** em 31.12.2022, como segue:

Legenda	A	B	C	
Despesas	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	Total de RP
RP Não Processados (A - B)	166.822.388,34	166.004.480,54	-	817.907,80
RP Processados (B - C)	-	166.004.480,54	141.740.258,60	24.264.221,94
Total de Restos a Pagar	-	-	-	25.082.129,74

3.5. Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário

As despesas inscritas em **Restos a Pagar Não Processados e/ou Processados**, respectivamente, constantes dos Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário, foram contabilizadas de acordo com a categoria de gasto (pessoal, custeio ou investimentos) e a disponibilidade financeira necessária à sua efetiva cobertura, como consta do quadro a seguir com a posição em 31.12.2022, contendo:

Legenda	A	B	C	D	F=A+B-C-D
Restos a Pagar	RP de Exercícios Anteriores				Saldo em 31.12.22
	Inscritos de 2016 a 2020	Inscritos em 2021	Pagos em 2022	Cancelados em 2022	
1. RP Não Processado	-	1.032.803,27	692.657,03	340.146,24	-
Custeio	-	655.827,00	538.142,25	117.684,75	-
Investimentos	-	376.976,27	154.514,78	222.461,49	-
2. RP Processado	282.498,07	25.428.511,42	25.413.019,27	160.907,28	137.082,94
Pessoal	-	709.319,38	709.319,38	-	-
Custeio	282.498,07	18.482.286,45	18.466.794,30	160.907,28	137.082,94
Investimentos	-	6.236.905,59	6.236.905,59	-	-
TOTAL	282.498,07	26.461.314,69	26.105.676,30	501.053,52	137.082,94
2.016	186.309,28	-	25.402,00	160.907,28	-
2.017	47.746,88	-	-	-	47.746,88
2.018	14.413,34	-	-	-	14.413,34
2.019	34.028,57	-	-	-	34.028,57
2.021	-	26.461.314,69	26.080.274,30	340.146,24	40.894,15

3.5.1. Apresentamos as justificativas das despesas canceladas de **Restos a Pagar Não Processados (RPNP)** e relacionadas na Conta 531.270.101 Fornecedores, alugueis e outras obrigações, no valor de R\$ 340.146,24:

- a. Considerando que o consumo das despesas com utilidade pública e correios tem caráter estimativo, procedemos o cancelamento dos saldos inscritos e não utilizados em sua totalidade, no valor de R\$ 116.240,38, por falta de materialidade para sua manutenção;

- b. Considerando que a prestação de serviços de apoio de informática, executado pela Prodesp, se dá pela quantidade estimada em horas, efetuamos a inscrição em restos a pagar pelo valor estimado da quantidade máxima de horas no mês, no valor de R\$ 24.377,10, entretanto, recebemos a Nota Fiscal nº 12.398, no valor de R\$ 22.932,73, restando o saldo não utilizado de R\$ 1.444,37, objeto do cancelamento;
- c. Trata-se da aquisição de 111 binóculos, no valor de R\$ 57.894,27, da empresa Monaco Comercial Eletrônicos, dos quais foram entregues 54 peças, por meio da Nota Fiscal nº 253, no valor de R\$ 28.164,78, e restou pendente a entrega de 57 binóculos, no valor de R\$ 29.729,49, objeto do cancelamento por força da impossibilidade de entrega manifestada pela empresa; e
- d. Trata-se de aquisição de 2 veículos, caminhonetes com cabine dupla, inscritos em Restos a Pagar Não Processados, a favor de Smart MG Comércio & Representação Ltda, no valor de R\$ 192.732,00; entretanto, diante do procedimento sancionatório por inexecução contratual - impossibilidade de entrega dos veículos, procedemos ao cancelamento do valor.

Conta 531.270.101 Fornecedores, alugueis e outras obrigações		R\$
Águas de Casa Branca SPE Ltda.	Util Pública	2.160,60
Águas de Jahu S.A.	Util Pública	1.786,03
Algar Telecom S.A.	Util Pública	2.435,63
Cia de Saneamento Básico do Estado de SP - SABESP	Util Pública	49.605,47
Cia Jaguari de Energia	Util Pública	363,79
Cia Paulista de Forca e Luz – CPFL	Util Pública	24,63
Cia Piratininga de Forca e Luz	Util Pública	39,77
Coop El Rural Itaipá-Paranapanema-Avar	Util Pública	183,38
DAEE Rio Claro Depart. Aut. de Água	Util Pública	1.557,99
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.	Util Pública	1.789,19
Elektro redes S.A.	Util Pública	40,47
Eletropaulo M. Eletricidade de São Paulo	Util Pública	1.619,35
Energia Sul Sudeste	Util Pública	3.017,38
Pref. Municipal de Itirapina	Util Pública	4.288,97
SAAE - Mogi Mirim-SP	Util Pública	3.977,21
SAEMAN - Superint. de Água e Esgoto	Util Pública	1.598,04
SAMAE - Mogi Guaçu-SP	Util Pública	1.213,24
SEMAE - Serv Mun Autônomo Água Esgoto	Util Pública	2.304,59
Telefonica Brasil S.A.	Util Pública	37.412,67
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Correios	821,98
Cia de Processamento de Dados do Estado de SP-Prodesp	Prest. Serv.	1.444,37
Monaco Comércio Eletrônicos Eireli	Equipamento	29.729,49
Smart Mg Comércio & Representação Ltda.	Veículos	192.732,00
Total		340.146,24

11



3.5.2. Com relação ao cancelamento de **Restos a Pagar Processados**, abaixo relacionados na Conta 532.270.201 Fornecedores, alugueis e outras obrigações, no valor de R\$ 160.907,28, justificamos que os saldos bloqueados, em 28.12.2022, foram automaticamente cancelados pelo Sistema SIAFEM, nos termos do artigo 206, parágrafo 5º, inciso I do Código Civil - Lei nº 10.406/2002, quanto a prescrição em 5 anos, e do artigo 10, parágrafo 2º do Decreto nº 67.268/22, de Encerramento de Exercício de 2022.

Conta 532.270.201 Fornecedores, alugueis e outras obrigações	R\$
CIMCORP Com. Internacional e Informática S.A.	159.866,18
E. Santos dos Reis Informática ME	1.041,10
Total	160.907,28

3.6. Informações Adicionais

3.6.1. Adiantamentos:

Informamos que, no exercício de 2022, a Fundação Florestal realizou despesas em regime de adiantamento, no total de R\$ 124.526,69 e valor médio de R\$ 482,66 por adiantamento, envolvendo 258 processos, dos quais 87 - equivalente a 34%, foram liberados por cartão eletrônico para Despesas Miúdas e de Pronto Pagamento.

Destacamos que, no próximo exercício, a Fundação Florestal adotará medidas para limitar o uso de cheques àquelas despesas absolutamente imprescindíveis e efetivar a utilização preferencial do cartão eletrônico, em cumprimento ao Decreto nº 53.980/2009, que regulamenta o regime de adiantamento, previsto nos artigos 38 a 45 da Lei Estadual nº 10.320/68, e seu artigo 9º dispõe sobre “o regime de adiantamento será concedido preferencialmente por meio de Cartão de Pagamento de Despesas”.

3.6.2. Devolução de rendimentos financeiros ao Fundo Especial de Despesa para a Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais – FPBRN, da Câmara de Compensação Ambiental – CCA/Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente:

Esclarecemos que a execução dos recursos de compensações ambientais na Fundação Florestal, ocorre nos termos do Decreto nº 65.486, de 21.01.2021, que regulamentou os procedimentos relativos à compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18.07.2000, no âmbito do licenciamento ambiental de competência do Estado de São Paulo, dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental e dá providências correlatas.

Destacamos que na Ata da 89ª Reunião da CCA/SIMA, realizada em 21.12.2017, consta a deliberação para que as transferências de recursos financeiros do FPBRN à Fundação Florestal, decorrentes de planos de trabalho aprovados pela CCA, ocorram somente após a efetivação da contratação do serviço e/ou do bem, mediante sua comprovação por meio de Nota de Empenho, nos termos do § 2º do artigo 9º do Decreto nº 65.486/21.



Essa deliberação objetivou a eliminação das devoluções de sobras de recursos financeiros em contas bancárias desta Fundação, por economia nos processos licitatórios e/ou cancelamentos de planos de trabalhos, a exemplo da devolução ocorrida em 2017, bem como a melhor gestão dos recursos financeiros disponíveis de compensações ambientais depositados no FPBRN.

Por fim, na Ata da 104ª Reunião da CCA/SIMA, realizada em 23.11.21, consta que as devoluções de recursos de pequena monta, decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras apurados entre a data de transferência do FPBRN à Fundação Florestal e a data do efetivo pagamento ao fornecedor, bem como devolução de recursos financeiros, em casos excepcionais, fazem parte do processo de liberação, utilização e prestação de contas dos recursos aprovados pela CCA.

Nessas condições, no exercício de 2022, a Fundação Florestal procedeu a devolução de rendimentos financeiros ao Fundo Especial de Despesa FPBRN, da CCA/SIMA, no valor de R\$ 45.480,71, relativos a rendimentos de aplicações financeiras, apurados entre a data da transferência de recursos financeiros do FPBRN à Fundação Florestal (dias antes do vencimento) e a data do efetivo pagamento ao fornecedor, conforme detalhamento na relação anexa.

Devolução de Rendimentos Financeiros ao FPBRN/CCA	Em R\$
Rendimentos de aplicações financeiras gerados no exercício de 2021, apurados como superávit financeiro e devolvidos à CCA no exercício de 2022 por Nota de Empenho (NE), relativo a sete projetos.	12.773,99
Rendimentos de aplicações financeiras do exercício de 2022 e devolvidos à CCA no próprio exercício por Nota de Lançamento (NL), relativo a onze projetos.	32.706,72
Total – envolvendo 18 projetos	45.480,71

4. Balanco Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra as Receitas e Despesas Orçamentárias, as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários, conjugados com os Saldos de Caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

4.1. Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas orçamentárias realizadas totalizaram R\$ 102.045.055,52, enquanto que as despesas orçamentárias importaram em R\$ 166.822.388,34, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem, e estão apresentadas nos quadros do Balanço Orçamentário.

4.2. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

As transferências recebidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, sejam orçamentárias ou extraorçamentárias.

As transferências efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses e aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas, conforme quadro a seguir, por conta contábil:

Anexo 13 do Balanço Financeiro	
Transferências Financeiras Recebidas (Ingressos)	421.319.695,99
499.920.101 – Correspondência de Débitos Internos	421.319.695,99
UGE 261101 – FF	191.109.758,31
UGE 261181 – FF Tesouro	47.979.903,70
UGE 261184 – FF Recursos Próprios e demais fontes	180.117.948,53
UGE 261102 – Serra do Mar/BID	1.696.343,74
UGE 261194 – Serra do Mar/Fonte 7	415.741,71
Transferências Financeiras Concedidas (Dispêndios)	-369.524.246,07
399.920.101 – Correspondência de Débitos Internos	-369.524.246,07
UGE 261101 – FF	-127.009.620,27
UGE 261181 – FF Tesouro	-47.980.874,97
UGE 261184 – FF Recursos Próprios e demais fontes	-192.421.398,01
UGE 261102 – Serra do Mar/BID	-415.741,71
UGE 261194 – Serra do Mar/Fonte 7	-1.696.611,11
Transferências Financeiras Recebidas	51.795.449,92

A seguir, apresentamos o resumo das variações entre às transferências financeiras recebidas e concedidas, que resultam na transferência do Tesouro à Fundação Florestal:

Transferências Financeiras Recebidas - Anexo 13	Valores
(+) Transferências do Tesouro à FF	47.975.036,12
(-) Devoluções de recursos do Tesouro da FF à SEFAZ	-4.805,81
(=) Subtotal de Transferências do Tesouro à FF	47.970.230,31
(+) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) – Informado ao Tesouro	4.027.634,85
(=) Total de Transferências do Tesouro à FF	51.997.865,16
(+) Parcela da DREM, arrecadada no exercício	23.620.355,04
(+) Valor de Retorno da DREM para correção do lançamento	2.878,47
(-) Valor da DREM, transferida ao Tesouro	-23.606.721,88
(-) Superávit Financeiro de 2021, transferido à SPPREV	-218.926,87
(=) Total das Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro	51.795.449,92

4.3. Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

Recebimentos Extraorçamentários: compreendem os ingressos não previstos no orçamento, tais como:

- Inscrição de restos a pagar não processados e processados; e
- Ingressos e dispêndios de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros (variação extraorçamentária).

Recebimentos Extraorçamentários	R\$
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	817.907,80
Custeio	342.608,80
Investimentos	475.299,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	24.264.221,94
Pessoal	827.181,98
Custeio	20.354.313,66
Investimentos	3.082.726,30
Variação Extraorçamentária – Anexo 13	285.364,01
Ingressos	316.586,65
Dispêndios	-31.222,64
Total	25.367.493,75

Pagamentos Extraorçamentários: compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, como:

- Obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (ex. devolução de depósitos); e
- Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Pagamentos Extraorçamentários (Restos a Pagar)	R\$
Restos a Pagar Não Processados	692.657,03
Custeio	538.142,25
Investimentos	154.514,78
Restos a Pagar Processados	25.413.019,27
Pessoal	709.319,38
Custeio	18.466.794,30
Investimentos	6.236.905,59
Total	26.105.676,30

4.4. Saldos em Espécie:

Apresentamos os saldos de recursos financeiros, disponíveis em contas bancárias desta Fundação, respectivamente, de 31.12.2021 e 31.12.2022, provenientes de:

- Recursos Próprios da Fundação;
- CCA/SIMA – Câmara de Compensação Ambiental;
- Convênios e outros Instrumentos de Compensação Ambiental;
- Saldo remanescente do Programa Serra do Mar/BID;
- Caução/Depósito para garantia contratual; e
- Recursos bloqueados por ordem judicial.

Saldo em Espécie	Em 31.12.2021	Em 31.12.2022	Variação
Total	88.481.457,43	74.761.391,98	-13.720.065,45
Caixa e equivalentes a caixa	88.186.128,14	74.584.659,45	-13.601.468,69
Recursos Próprios da FF	17.800.323,21	14.782.744,73	-3.017.578,48
DREM	-	15.000,00	15.000,00
Comp. Ambiental/CCA	8.532.120,96	8.517.293,20	-14.827,76
Comp. Ambiental/Convênios	57.590.246,35	48.259.194,20	-9.331.052,15
Programa Serra do Mar/BID	4.200.066,90	2.919.464,87	-1.280.602,03
Caução	63.370,72	90.962,45	27.591,73
Depósitos Restituíveis	295.329,29	176.732,53	-118.596,76
Bloqueio Judicial	295.329,29	176.732,53	-118.596,76

5. Balanço Patrimonial

5.1. Regime de escrituração

O **Balanço Patrimonial** é a demonstração contábil que evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos: Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

5.2. Quadro Principal

Ativo compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

ATIVO	NE	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	5.2.1.	74.873.565,89
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31.12.2022	5.2.1.1.	74.584.659,45
Demais Créditos a Curto Prazo (Bloqueios Judiciais)	5.2.1.2.	176.732,53
Estoques (Incorporação de materiais)	5.2.1.3.	112.173,91
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	5.2.2.	120.311.981,83
Realizável a Longo Prazo	5.2.2.1.	68.631,15
Depósitos Judiciais		68.631,15
Imobilizado	5.2.2.2.	120.087.958,50
Bens Móveis		64.057.719,89
Bens Imóveis		85.808.121,10
Depreciação acumulada		-29.777.882,49
Intangível	5.2.2.3.	155.392,18
Concessão Direito Uso Comunicação Software		194.809,10
Amortização acumulada		-39.416,92
TOTAL		195.185.547,72

5.2.1. **Ativo Circulante** compreende os ativos que atendam a um dos critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até o término do exercício seguinte, cujos saldos disponíveis de R\$ 74.873.565,89, representam 38,4% do Ativo Total. Neste grupo, contabilizamos:

- 5.2.1.1. **Caixa:** recebimentos captados pela Fundação, por meio das atividades de gestão das unidades de conservação e de produção, por Convênios, Termos de Compromisso de Compensação Ambiental e outros instrumentos de Compensação Ambiental, que se encontram em contas correntes específicas e respectivas contas de aplicações financeiras, no total de R\$ 74.584.659,45;
- 5.2.1.2. **Demais Créditos a Curto Prazo (Bloqueios Judiciais):** ordens de restrição emanadas de decisões judiciais para garantia de dívida, no valor de R\$ 176.732,53, conforme composição a seguir; e

Saldo em 31.12.2021		295.329,29
(+) Bloqueios em 2022	142.672,68	
(-) Desbloqueio de 2021	-1.314,76	
(-) Desbloqueios em 2022	-87.171,29	
(=) Movimentação em 2022		54.186,63
(-) Desbloqueios de exercícios anteriores	-138.437,23	
(-) Desbloqueios do exercício de 2022	-34.346,16	
(=) Total de baixas		-172.783,39
(=) Saldo em 31.12.2022		176.732,53

5.2.1.3. **Estoques:** registrado pelo preço de aquisição e representa o estoque no Almoarifado, em 31.12.2022, de R\$ 112.173,91.

5.2.2. **Ativo Não-Circulante** compreende os ativos realizáveis após doze meses seguintes à data das demonstrações contábeis, composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Imobilizado (Investimentos) e Intangível, no total de R\$ 120.311.981,83.

5.2.2.1. **Realizável a Longo Prazo - Depósitos Judiciais:** ordens judiciais para depósitos em ações em curso, que podem ser tanto cíveis quanto trabalhistas, registrados por valores nominais de R\$ 68.631,15. Destacamos que a Assessoria Jurídica está envidando os esforços necessários para revisarmos os processos trabalhistas e os valores.

5.2.2.2. **Imobilizado:** compreende o total de bens patrimoniais móveis e imóveis e a depreciação e amortização acumulada:

Bens Móveis: a movimentação com aquisições, baixas e ajustes gerou a variação positiva no patrimônio da Fundação de R\$ 2.000.066,75, conforme quadros a seguir:

Bens Móveis - Mapa de Movimentação		
Saldo em 31.12.2021		62.057.653,14
(+) Aquisições de equipamentos	6.087.800,99	
(+) Bens recebidos em doação	294.001,04	
(+) Inclusão de bens	90.053,04	
(-) Exclusão de bens de terceiros	-1.103.694,12	
(-) Baixa de bens por extravio	-552.882,76	
(-) Baixa de bens por furto	-10.799,44	
(+) Ajuste de Exerc. Anteriores-Incorporação ¹	1.083.884,32	
(-) Ajuste de Ex Anteriores Desincorporação ¹	-3.980.121,89	
(+) Ajuste do Exercício Incorp/Desincop. ¹	91.825,57	
(=) Movimentação no exercício		2.000.066,75
Saldo em 31.12.2022		64.057.719,89

¹ Seguindo a orientação da Contadoria Geral do Estado – CGE/Secretaria da Fazenda e Planejamento, em virtude da conciliação entre os valores constantes nos sistemas SAM e SIAFEM, efetuamos o ajuste no total de R\$ 2.804.412,00 (R\$ 1.083.884,32 (-) R\$ 3.980.121,89 (+) R\$ 91.825,57), em razão de 255 itens que haviam sido reavaliados abaixo de R\$ 10,00 e não poderiam ter sido alterados no SAM, bem como de 6.855 itens que também haviam sido reavaliados com os valores inferiores ao valor residual constante no SAM e que não poderiam ter sido alterados.

Bens Imóveis: Salientamos a realização do levantamento de todas as obras contabilizadas, visando a efetiva adequação dos registros contábeis dos “Bens Imóveis” da Fundação com ênfase nos ajustes de Depreciação Acumulada abrangendo o período de 1997 a 2022.

Bens Imóveis - Mapa de Movimentação	
Saldo em 31.12.2021	86.343.506,25
(+) Incorporação de obra ¹	1.298.365,90
(-) Baixa de projetos ²	-1.833.751,05
(=) Movimentação no exercício	-535.385,15
Saldo em 31.12.2022	85.808.121,10

¹ Incorporação pela execução da obra de revitalização do Complexo Casa da Farinha, no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual Serra do Mar; e

² Baixa do valor de dois projetos por desistência da execução das obras do Centro de Treinamento da Polícia Ambiental e do 3º Batalhão da Polícia Ambiental, no âmbito do Programa de Recuperação da Serra do Mar, com recursos do BID.

Destacamos que, no levantamento dos valores contabilizados no período de 1997 a 2022, os valores existentes nas contas contábeis: Terrenos/Glebas, Reforma, Benfeitoria ou Melhoria, Obras Concluídas a Incorporar e Valor Original, foram reclassificadas para: Fazendas, Parques e Reservas e Reforma, Benfeitoria ou Melhoria (em bens de propriedade desta Fundação) e Benfeitorias em Propriedades de Terceiros.

Depreciação e Amortização Acumulada: apresentamos os quadros do Total do Imobilizado, dos Bens Móveis e dos Bens Imóveis, como segue:

Total da Depreciação do Imobilizado	
Saldo em 31.12.2021	-32.670.125,63
(+) Movimentação de Bens Móveis	11.360.765,04
(-) Movimentação de Bens Imóveis	-8.468.521,90
(=) Movimentação no exercício	2.892.243,14
Saldo em 31.12.2022	-29.777.882,49

Depreciação de Bens Móveis - Mapa de Movimentação	
Saldo em 31.12.2021	-32.670.125,63
(-) Depreciação mensal no sistema SAM	-782.597,31
(+) Reversão ¹	272.699,73
(+) Exclusão ²	695.446,30
(+) Ajuste positivo de Exerc. Anteriores ³	11.781.572,24
(-) Ajuste negativo de Exerc. Anteriores ³	-252.658,47
(-) Ajuste negativo do Exercício	-352.779,71
(-) Conciliação *	-917,74
(=) Movimentação no exercício	11.360.765,04
Saldo em 31.12.2022	21.309.360,59

¹ Reversão da depreciação complementar ao valor da baixa de bens móveis por extravio e furto;

² Exclusão da depreciação complementar ao valor da exclusão de bens móveis de terceiros;

³ Ajuste (positivo e negativo) de Exercícios Anteriores em virtude da conciliação entre os valores constantes nos sistemas SAM e SIAFEM, decorrente de 255 itens que haviam sido reavaliados abaixo de R\$ 10,00 e não poderiam ter sido alterados no SAM, bem como os 6.855 itens que também haviam sido reavaliados com os valores inferiores ao valor residual constante no SAM e que não poderiam ter sido alterados; e

* Ajuste na conciliação de três lançamentos no sistema SAM.

Depreciação de Bens Imóveis - Mapa de Movimentação	
Saldo em 31.12.2021	0,00
(-) Depreciação acumulada até 2021	-6.229.077,33
(-) Depreciação no exercício de 2022	-2.239.444,57
(=) Movimentação no exercício	-8.468.521,90
Saldo em 31.12.2022	-8.468.521,90

Realizamos o levantamento de todas as obras contabilizadas, visando os ajustes para os registros de Depreciação Acumulada dos Bens Imóveis, no período de 1997 a 2022.

5.2.2.3. **Intangível:** trata-se da Concessão de Direito de Uso de Software mensurados pelo seu custo de aquisição ou desenvolvimento.

Intangível - Mapa de Movimentação			
Contas	Software	Depreciação	Total
Saldo em 31.12.2021	90.904,10	-21.302,37	69.601,73
(+) Aquisições	103.905,00	0	103.905,00
(+) Amortização	0	-18.114,55	-18.114,55
(=) Movimentação no exercício	103.905,00	-18.114,55	85.790,45
Saldo em 31.12.2022	194.809,10	-39.416,92	155.392,18

Passivo compreende as obrigações existentes da entidade oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	5.2.3.	29.341.216,34
Obrigações Trabalhistas, Previd e Assist a Pagar a Curto Prazo	5.2.3.1.	4.185.577,29
Provisão de Férias e Encargos		3.476.998,35
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais (INSS)		708.578,94
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (RP)	5.2.3.2.	24.401.304,88
Obrigações a Pagar – Restos a Pagar Processados do Exercício		24.264.221,94
Obrigações a Pagar – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores		137.082,94
Demais Obrigações a Curto Prazo	5.2.3.3.	754.334,17
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	5.2.4.	16.722.165,98
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	5.2.4.1.	12.152.223,97
Provisões a Longo Prazo de Contingências Passivas	5.2.4.2.	3.021.958,01
Demais Obrigações a Longo Prazo (Fornecedor)	5.2.4.3.	1.547.984,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.2.5.	149.122.165,40
Patrimônio Social	5.2.5.1.	43.598.230,15
Resultados Acumulados	5.2.5.2.	105.523.935,25
Resultado do Exercício (Variação Patrimonial)		-16.937.252,74
Resultado de Exercícios Anteriores (Acumulado)		118.967.248,84
Ajustes de Exercícios Anteriores		3.493.939,15
TOTAL		195.185.547,72

5.2.3. **Passivo Circulante** se compõe dos valores exigíveis até o final do exercício seguinte, relativos a retenções de encargos (obrigações) trabalhistas, previdenciários e assistenciais, provisão para férias e encargos, fornecedores – restos a pagar do exercício e de exercícios anteriores, depósitos judiciais e, com maior representatividade, os recursos disponíveis de Convênios, Termos e Compromisso e Compensação Ambiental e demais instrumentos, para implantação e execução de atividades estabelecidas nos respectivos Planos de Trabalho – R\$ 29.341.216,34.

5.2.3.1. Obrig. Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo: o total de R\$ R\$ 4.185.577,29, se refere a Provisão de Férias e Encargos de R\$ 3.476.998,35; e INSS retido em dezembro de R\$ 708.578,94;

5.2.3.2. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: R\$ 24.401.304,88, sendo: R\$ 24.264.221,94 de Restos a Pagar Processados do exercício; e R\$ 137.082,94 de Restos a Pagar Processados do exercício anterior.

5.2.3.3. Demais Obrigações a Curto Prazo: R\$ 754.334,17 se referem as Consignações de INSS e IRRF; retenções ISS e IRRF e depósitos de terceiros (caução).

5.2.4. **Passivo Não-Circulante** compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, quais sejam: precatórios – administrados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e fornecedores objetos de ações judiciais – R\$ 16.722.165,98.

5.2.4.1. Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo: Total da Provisão de Precatórios, praticados pela PGE, em 31.12.2022, de R\$ 12.152.223,97, contando com a atualização no exercício de R\$ 3.473.550,39;

A Fundação Florestal é parte integrante em questões de natureza trabalhistas, cujas chances de êxito, aliadas a mensuração das decisões e dos pagamentos efetuados nos últimos anos, foram avaliados pela Assessoria Jurídica com probabilidade de perdas prováveis, no valor estimado de R\$ 4.798.946,47. Entretanto, caso se concretizem, não haverá saída de caixa desta Fundação para o pagamento dessas ações, visto que tais ações serão convertidas em precatórios e sob a responsabilidade da PGE, nos termos da legislação.

5.2.4.2. Provisões a Longo Prazo de Contingências Passivas para Ações Cíveis de R\$ 3.021.958,01, considerando a atualização no exercício de R\$ 2.081.897,13;

5.2.4.3. Demais Obrigações a Longo Prazo: trata-se da manutenção da provisão referente ação movida pela empresa Teletra, no valor de R\$ 1.547.984,00.

5.2.5. **Patrimônio Líquido** compreende o valor residual dos ativos e após a dedução de todos os passivos, no valor total de R\$ 149.122.165,40.

5.2.5.1. Patrimônio Social de R\$ 43.598.230,15; e

- 5.2.5.2. Resultados Acumulados – R\$ 105.523.935,25:
Resultado do Exercício – R\$ (16.937.252,74)
Resultado de Exercícios Anteriores - R\$ 118.967.248,84
Ajustes de Exercícios Anteriores - R\$ 3.493.939,15, em virtude dos ajustes em bens móveis e imóveis, conforme quadro a seguir:

Ajustes de Bens Móveis e Imóveis, de Exerc. Anteriores a 2022	
Bens Móveis	11.660.794,84
Incorporação	1.083.884,32
Desincorporação	-3.980.121,89
Ajuste Negativo de Depreciação de Exerc. Anteriores ¹	-252.658,47
Ajuste Positivo de Depreciação de Exerc. Anteriores ¹	11.781.572,24
Depreciação Acumulada (Conciliação SAM x SIAFEM)	3.028.118,64
Bens Imóveis	-8.062.828,38
Baixa de proj por desistência da execução das obras (5.2.2.2)	-1.833.751,05
Depreciação acumulada até 2021 (5.2.2.2.)	-6.229.077,33
Saldo Parcial	3.597.966,46
Baixa Bloqueios Judiciais de exercícios anteriores (5.2.1.2)	-138.437,23
Despesas Exercícios Anteriores com Telefonia	-126.497,36
Cancelamento de Restos a Pagar Processados (3.5.2)	160.907,28
Saldo de Ajustes de Exercícios Anteriores	3.493.939,15

¹ Ajuste (positivo e negativo) da depreciação em virtude da conciliação entre os valores constantes nos sistemas SAM e SIAFEM, decorrente dos 255 itens que haviam sido reavaliados abaixo de R\$ 10,00 e não poderiam ter sido alterados no SAM, bem como dos 6.855 itens que também haviam sido reavaliados com os valores inferiores ao valor residual constante no SAM e que não poderiam ter sido alterados.

5.3. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os grupos de contas dos ativos e passivos financeiros e permanentes e saldo patrimonial, de acordo com o artigo 105 da Lei nº 4.320/64.

- 5.3.1. **Ativo Financeiro** composto as contas representativas de disponibilidades, ou seja, créditos em disponíveis e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários, em curto prazo.
- 5.3.2. **Ativo Permanente** compreende todos os valores fixos, como bens móveis e imóveis, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- 5.3.3. **Passivo Financeiro** é representado pelas dívidas flutuantes e outros compromissos exigíveis a curto prazo, cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

5.3.4. **Passivo Permanente** compreende as dívidas fundadas e outras, a longo prazo, que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	
ATIVO (I)	
Ativo Financeiro	74.830.023,13
Ativo Permanente	120.355.524,59
Total do Ativo	195.185.547,72
PASSIVO (II)	
Passivo Financeiro	26.682.125,79
Passivo Permanente	20.199.164,33
Total do Passivo	46.881.290,12
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I – II)	148.304.257,60

5.4. Contas de Compensação

O quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio da Instituição (possui a função específica de controle contábil dos direitos e obrigações – bens, valores, obrigações, cauções, convênios, contratos, dentre outros atos administrativos). Os valores dos ativos potenciais já executados não devem ser considerados.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	Exerc. Atual
Direitos Conveniados e outros instrumentos	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	
Obrigações Contratuais	-283.900.471,05
Total dos Atos Potenciais Passivos	-283.900.471,05

Contas	Exerc Atual
Contratos de Seguros	291.394,13
A Executar	4.970,57
Executados	286.423,56
Contratos de Serviços	252.306.624,73
A Executar	57.886.086,63
Executados	194.420.538,10
Contratos Fornecimento de Bens	31.302.452,19
A Executar	2.848.140,10
Executados	28.454.312,09
Execução de Obrigações	283.900.471,05

5.5. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Apresenta o superávit ou déficit financeiro, apurado na forma do artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

É elaborado com as informações da conta contábil 8.2.1.1.1.01.01 – Disponibilidades Financeiras, segregado por fonte/destinação de recursos e permite a análise coletiva ou individualizada, especialmente dos recursos com que possuem destinações específicas.

Na composição dos recursos, poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit ou déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Exercício Atual
ORDINÁRIA	1.316.410,40
Tesouro do Estado (Fonte 1)	-2.924.416,90
Recursos Próprios (Fonte 4)	4.240.827,30
VINCULADA	46.831.486,94
Operações de Crédito (Fonte 7)	2.544.322,89
Outras Destinações de Recursos (Fontes 4)	44.287.164,05
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	48.147.897,34

Acrescentamos que, no exercício anterior, o Total das Fontes de Recursos era de R\$ 60.628.726,72 e, em relação ao exercício atual de R\$ 48.147.897,34, registramos a redução de R\$ 12.480.829,38, em virtude da utilização de recursos de compensações ambientais no pagamento de despesas do exercício.

6. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do exercício é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas e compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Enquanto que no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

As Variações Patrimoniais devem ser reconhecidas pelo Regime de Competência Patrimonial, visando: garantir tempestivamente o reconhecimento de todos os ativos e passivos das entidades públicas; conduzir a contabilidade pública vigente aos padrões internacionais; e ampliar a transparência sobre as contas públicas atendendo às demandas da Sociedade.

Como as variações patrimoniais qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio, apresentamos de forma separada:

Exercício atual	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	223.206.546,13
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	140.761.534,07
Venda de Mercadorias	126.579.316,50
Venda de madeira e resina	51.851.189,40
Extração de produtos e subprodutos florestais (madeira e resina)	74.728.127,10
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	14.182.217,57
Gestão das unidades de conservação (UCs) com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes.	1.579.421,35
Outorga por concessão de espaço PE Campos do Jordão	10.016,60
Serviços na gestão de UCs: ingressos, hospedagens, rafting, entre outras	1.561.363,85
Serviços decorrentes de Compensações Ambientais: Convênios, TCCAs e outros	11.031.415,77
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	8.675.449,13
Juros e Encargos de Mora (multa)	25.725,46
Rendimentos de Aplicações Financeiras de recursos da Fundação, de Convênios, da CCA e do Programa Serra do Mar	8.649.723,67
Transferências e Delegações Recebidas	26.634.569,68
Transferências Intragovernamentais da CCA à FF para Custeio	24.958.890,11
Transferências Intragovernamentais da CCA à FF para Investimentos	1.151.655,00
Incorporações de Bens por Doação e Outras Inclusões	524.024,57
Outras Transferências e Delegações	410.100,00
Transferências de Outras Instituições	410.100,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	46.724.893,25
Reversão de Provisões de Férias e de 13º Salário	4.260.426,83
Variação Patrimonial	42.464.466,42
Diversas variações patrimoniais a crédito	434.795.307,97
Correspondência de Débitos Internos (Anexo 13)	421.319.695,99
Restituições de Assistência Médica	21.157,28
Restituições Diversas (reembolso de energia elétrica e acordo judicial)	53.470,73
Outras Indenizações	740.926,30
Financeiro (Depósitos Judiciais e Cancelamento Restos a Pagar por prescrição)	195.719,41
Permanente (materiais para almoxarifado, consumo, combustíveis e obras)	12.401.679,26
Desincorporação de Saldos de ações judiciais	62.659,00

399.000.000 – Diversas variações patrimoniais a débito	-392.330.841,55
Correspondência de Créditos Internos (Anexo 13)	-369.524.246,07
Despesas Decorrentes de Baixas Bloqueios Judiciais	-34.346,16
Sentenças Judiciais (atualização de precatórios PGE)	-3.473.550,39
Restituições (devoluções de saldo à CCA e pagamento à associação)	-21.593,99
Incorporações - Provisão de Contingências Passivas (ações cíveis)	-2.143.616,13
Financeiro (materiais para almoxarifado, consumo, combustíveis e obras)	-12.401.679,26
Permanente (Depósitos Judiciais e Cancelamento Restos a Pagar por prescrição)	-195.719,41
Correspondência de Créditos (transferência de valor entre UGEs)	-940,00
Restituição de recursos financeiros ao IPA	-4.535.150,14

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-240.143.798,87
Pessoal e Encargos	-40.869.050,29
Folha Salarial	-31.225.882,36
Encargos (INSS, FGTS e SP-Prevcon)	-9.481.344,93
Rescisões contratuais	-161.823,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-842,63
Auxílio creche	-842,63
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-119.594.381,71
<u>Consumo</u> : combustíveis e materiais de consumo; e <u>Transportes</u> : passagens aéreas, locação de veículos e aeronave, vale-transporte e demais despesas de transportes	-6.138.091,06
<u>Serviços</u> : diárias, utilidade pública e serviços de vigilância, portaria, limpeza, monitoria ambiental, benefícios (assistência médica e bilhete-refeição), manutenção de prédios, veículos, embarcações, aeronave e equipamentos e demais serviços necessários à gestão das unidades de conservação.	-107.034.211,45
Depreciação, amortização e exaustão	-6.422.079,20
Depreciação de Bens Móveis	-4.164.520,08
Depreciação de Bens Imóveis	-2.239.444,57
Amortização de Intangível	-18.114,55
Transferências e Delegações Concedidas	-595.822,00
Transferências Concedidas de Bens Móveis ao IPA	-595.822,00
Desvalorização e Perda de Ativos	-865.492,06
Perdas Involuntárias de bens por extravio, sinistro e doação inservíveis	-651.334,71
Desincorporação de Ativos por pertencer a terceiros ou duplicidade	-214.157,35
Tributárias	-87.137,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-4.132,34
COFINS e Taxas	-83.005,33
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos	-74.728.127,10
Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) - madeira e resina	-74.728.127,10
Outras Variações Patrimoniais Diminutiva	-3.402.945,41
Provisões de Férias e de 13º Salário	-1.283.706,29
Provisões de 13º Salário	-2.119.239,12
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	-16.937.252,74

Destacamos que a Fundação Florestal – unidade orçamentária vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura do Governo do Estado de São Paulo, no registro de seus recebimentos e despesas, rotineiramente, segue a parametrização dos Eventos de Contabilização e respectivo Plano de Contas do Sistema SIAFEM.

Neste sentido, justificamos que os repasses do Tesouro efetuados pela Secretaria da Fazenda para a Fundação Florestal, **embora não lançados na rubrica de Transferências e Delegações Financeiras Recebidas**, conforme prevê a 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, são contabilizados na Demonstração de Variações Patrimoniais, na rubrica **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**, de forma que não há impacto no resultado do exercício ou distorção em relação à contabilização do Patrimônio Líquido da Fundação, como consta no quadro das Variações Patrimoniais Aumentativas e detalhadas no Anexo 13 do Balanço Financeiro em página 15 e resumo abaixo:

Correspondência de Débitos Internos (Anexo 13)	421.319.695,99
Correspondência de Créditos Internos (Anexo 13)	-369.524.246,07
(=) Total das Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro, conf. página 15	51.795.449,92

Por fim, em resposta ao questionamento da Fundação Florestal sobre a contabilização dos repasses financeiros do Tesouro com outros eventos que possam classificá-los como Transferências e Delegações Recebidas, a Secretaria da Fazenda e Planejamento, informou que *“o procedimento adotado pelo Estado para o registro das transferências financeiras de recursos do Tesouro do Estado às demais entidades da administração indireta estão parametrizados no sistema SIAFEM e vinculados aos registros efetuados na Fundação Florestal à conta contábil 499.920.101 – Correspondência de Débitos Internos, e que a previsão de alteração nas rotinas contábeis no sistema SIAFEM para ajuste das parametrizações relativas à correção das contas em conformidade com o Plano de Contas Estendido da Secretaria do Tesouro Nacional será realizado dentro do projeto SIAFG3 e somente estará disponível a partir do Balanço de 2023”*.

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, como segue:

7.1. **Receitas:** fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;

7.2. **Desembolsos:** são as despesas de pessoal, custeio e de investimentos, pagas durante o período das demonstrações contábeis, ou seja, aquelas empenhadas e pagas no exercício, bem como o pagamento daquelas de inscritas em restos a pagar; e

7.3. **Saldo de caixa** na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.



Essas informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
TOTAL DE INGRESSOS (I)			154.244.466,21
Receitas Derivadas e Originárias			101.634.955,52
Receita Patrimonial			1.589.437,95
Receita Agropecuária			51.851.189,40
Receita de Serviços			37.551.669,73
Remuneração das Disponibilidades			8.649.723,67
Outras Receitas Derivadas/Originárias			1.992.934,77
Transferências Correntes			410.100,00
Outorga de Concessão de Parque Estadual			410.100,00
Outros Ingressos Operacionais			52.199.410,69
Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro – Anexo 13			51.795.449,92
Variação Extraorçamentária – Anexo 13			285.364,01
Variação em Depósitos Restituíveis (baixa de valores de bloqueios judiciais)			118.596,76
TOTAL DE DESEMBOLSOS (II)			157.352.520,76
Desembolsos (II)	Pagos em 2022	Pagos de RP 2022	
Pessoal e demais Despesas	129.972.935,74	19.714.255,93	150.283.013,67
Pessoal	40.041.868,31	709.319,38	40.751.187,69
Custeio	89.931.067,43	19.004.936,55	108.936.003,98
Transferência IPA - Investimentos			595.822,00
Transferências Concedidas (Intragov) FF ao IF			7.069.507,09
Outros Desembolsos Operacionais			0,00
Fluxo de Caixa Líquido das Ativ. Operacionais (III = I – II)			-3.108.054,55
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (IV)			10.493.414,14
Desembolsos			
Aquisição de Ativo Não-Circulante	Pagas em 2022	Pagto de RP 2022	10.493.414,14
Outros Desembolsos de Investimentos	4.697.815,77	6.391.420,37	11.089.236,14
Transferência IPA - Investimentos			-595.822,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (V = III - IV)			-13.601.468,69
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (01.01.2022)			88.186.128,14
Caixa e Equivalentes de Caixa Final (31.12.2022)			74.584.659,45

8. Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – DMPL é destinada a evidenciar, em determinado período, a movimentação (aumento ou redução) das contas que integram o Patrimônio da Entidade.

Contas – Especificações	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total
SalDOS em 01.01.2021	43.598.230,15	121.343.958,87	164.942.189,02
Superávit do Exercício	0	15.827.889,25	15.827.889,25
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-18.204.599,28	-18.204.599,28
SalDOS em 31.12.2021	43.598.230,15	118.967.248,84	162.565.478,99
Déficit do Exercício	0	-16.937.252,74	-16.937.252,74
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	3.493.939,15	3.493.939,15
SalDOS em 31.12.2022	43.598.230,15	105.523.935,25	149.122.165,40

Assim, entre os itens demonstrados no Patrimônio Líquido de R\$ 149.122.165,40, em 31.12.2022, destacamos o Patrimônio Social de R\$ 43.598.230,15 e os Resultados Acumulados de R\$ 105.523.935,25, sendo que o déficit de R\$ 16.937.252,74, se refere ao Resultado do Exercício e o valor de R\$ 3.493.939,15, se trata dos Ajustes de Exercícios Anteriores, mencionados no Subitem 5.2.5.2.

9. Imposto de Renda

A Fundação Florestal por ser uma Entidade sem fins lucrativos, é isenta do Imposto de Renda e Contribuição Social.

10. Eventos Subsequentes

Até a data do fechamento das demonstrações contábeis, destacamos a ausência que qualquer evento subsequente que possa gerar efeitos econômicos para o presente exercício.

MÁRIO DO AMARAL ALVES
Contador – CRC - 1 SP079721/O-9

ISAIAS JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO
Gerente Financeiro

NANCI CORTAZZO MENDES GALUZIO
Diretora Administrativa Financeira

RODRIGO LEVKOVICZ
Diretor Executivo



Assinaturas do documento



"A. Notas Explicativas"

Código para verificação: **URCIAI4Q**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **RODRIGO LEVKOVICZ** (CPF: 295.XXX.718-XX)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 27/05/2022 - 14:15:34 e válido até 27/05/2122 - 14:15:34.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **NANCI CORTAZZO MENDES GALUZIO** (CPF: 022.XXX.468-XX)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 27/05/2022 - 09:11:32 e válido até 27/05/2122 - 09:11:32.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MARIO DO AMARAL ALVES** (CPF: 312.XXX.608-XX)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 30/05/2022 - 15:29:12 e válido até 30/05/2122 - 15:29:12.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ISAIAS JOSE DE OLIVEIRA FILHO** (CPF: 047.XXX.378-XX)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 27/05/2022 - 10:32:34 e válido até 27/05/2122 - 10:32:34.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **FF.007390/2022-19** e o código **URCIAI4Q** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.